

JOSÉ PACHECO

# Construções Sociais de Aprendizagem

Tomo I  
A ESCOLA  
PÚBLICA



Para a versão completa do livro aceda ao link  
[bambualportugal.pt](http://bambualportugal.pt)

DE  
GUS  
TA  
ÇÃO

Amostra do Livro







JOSÉ PACHECO

# Construções Sociais de Aprendizagem

**Tomo I**  
**A ESCOLA**  
**PÚBLICA**





# Índice

- 7 Introdução**
- 13** *Meio século ajudando a fazer 'pontes'*
- 15** *Meio século depois...*
- 17 Cadê a Escola Pública?**
- 25 Outras memórias**
- 35 Assim se fazia Escola Pública no Brasil**
- 41 Em busca da Escola Pública**
- 61 A Escola Pública da Ponte**
- 61** *Uma escola sem muros*
- 63** *O espaço e o tempo de aprender*
- 65** *Repensar a escola*
- 76** *Em nome da autonomia e da solidariedade*
- 80** *Memórias*
- 85** *Riscos e fragilidades*
- 89** *Disseminar ou contaminar?*
- 91 Obras que contêm referências à Escola da Ponte**
- 93 Referências bibliográficas**



# Introdução

7

Em 1980, na sua obra ‘Les Eux Ouverts’, Marguerite Yourcenar isto escreveu:

“Condeno a ignorância que reina neste momento nas democracias e nos regimes totalitários. Essa ignorância é tão forte, muitas vezes tão total, que seria dito desejado pelo sistema, se não pelo regime. Muitas vezes me perguntei como poderia ser a educação de uma criança.

Acho que seriam necessários estudos básicos, muito simples, onde a criança aprendesse que existe no universo, num planeta cujos recursos terá que gerir mais tarde, que depende do ar, da água, de todos os seres vivos, e que o menor erro ou a menor violência arrisca destruir tudo.

Ele iria aprender que os homens se mataram uns aos outros em guerras que só produziram mais guerras, e que cada país organiza sua história, falsamente, para esmagar seu orgulho.

Ele seria ensinado o suficiente do passado para fazê-lo sentir-se ligado aos homens que vieram antes dele, para admirá-los onde merecem estar, sem se fazerem ídolos, nem do presente ou de um futuro hipotético.

Nós tentaríamos familiarizá-lo tanto com livros como coisas; ele saberia os nomes das plantas, conheceria os animais sem se entregar às hediondas vivisseções impostas às crianças e adolescentes muito jovens sob o pretexto da biologia.

Ele aprenderia a dar primeiros socorros aos feridos; sua educação sexual incluiria a presença de um parto, sua educação mental a visão dos doentes e dos mortos.



Eles também lhe dariam as simples noções de moralidade sem as quais a vida na sociedade é impossível, instrução que as escolas primárias e secundárias já não se atrevem a dar neste país.

Em termos de religião, nenhuma prática ou dogma lhe seriam impostas, mas ser-lhe-ia dito algo de todas as grandes religiões do mundo, e especialmente do país onde se encontra, para despertar o respeito nele e destruir antecipadamente certos preconceitos odiosos.

Ele seria ensinado a amar o trabalho quando o trabalho é útil, e a não cair na hipocrisia da publicidade, começando por aquele que lhe vende doces mais ou menos irritados, preparando-o para futuras cáries e diabetes.

Há definitivamente uma maneira de falar com as crianças sobre coisas realmente importantes mais cedo do que nós.”

Porquê publicar mais um livro?

Tinha decidido parar, cria que teria chegado a praticar redundâncias, corria risco de me transformar num teórico. Mas, a vida me levou, novamente, para o chão das escolas. Uma nova geração de educadores me convidava para experienciar propostas em tudo semelhantes àquelas em que tinha gastado meio século de vida profissional.

A crise da Escola prolongava-se sem fim à vista. Passara mais de um século sobre o primeiro sinal de alerta, dado no início do século XX pelos escolanovistas. Eurípedes, Anísio, Nise, Nilde, Agostinho, Irene, Freire e outros egrégios educadores reinterpretaram o movimento escolanovista, mas somente na década de sessenta ele tomara forma concreta. Paulo Freire assim se dirigia ao seu ‘bom amigo Malaguzzi’:

“O menino eterno pede-me, antes de eu retornar ao Brasil, que escreva algumas palavras dedicadas às meninas e aos meninos italianos.

Não sei se saberia dizer algo novo a tal pedido. O que poderia dizer ainda aos meninos e às meninas deste final de século? Primeira coisa, aquilo que posso dizer em função de minha longa experiência neste mundo, é que devemos fazê-lo sempre mais bonito.

É baseando-me em minha experiência que torno a dizer: não deixemos morrer a voz dos meninos e das meninas que estão crescendo.”

Dez anos depois de Reggio, a Ponte conseguira colocar o aluno no centro do processo de aprendizagem e no mesmo ano (1976), Georges Bastin publicava o seu livro ‘A hecatombe escolar’. O prefácio assim rezava:

“Este livro destina-se a pais ansiosos com as dificuldades que os seus filhos sentem, aos educadores que procuram uma explicação para a mediocridade dos seus alunos e para as suas próprias desilusões e a todos aqueles que se inquietam com as hecatombes escolares e que se interrogam acerca do futuro da juventude e da rentabilidade do sistema escolar. O autor analisa os diferentes fatores de sucesso e insucesso atribuíveis à organização dos estudos.

Constatando o enorme desperdício de esforços e de meios que representa para a sociedade a taxa crescente de inadaptações e de insucessos, o autor conclui pela necessidade urgente de uma tomada de consciência mais objetiva dos elementos de inadaptação, de uma colaboração mais estreita entre pais e pedagogos, de uma união dos esforços de todos os especialistas (médicos, psicólogos, sociólogos) em ordem a uma visão pluralista dos casos reputados difíceis.”

Entretanto, Mounier dissertara sobre a personalização do ensino e Dottrens sobre ensino individualizado. Bourdieu e Giroux denunciavam a escola reprodutora de um modelo escolar e social iníquo.

Escolas particulares tinham assimilado na exterioridade a proposta escolanovista, mantendo o ‘status quo’ enfeitado de materiais Montessori, com hortinhas, aulas de meditação e arremedos digitais. E a rede pública nem isso assumia fazer. Os professores permaneciam distraídos, na solidão das salas de aula, reproduzindo um modelo de ensinagem hierárquico, autoritário, excludente, amoral e intelectualmente corrupto. Sob o manto diáfano de um agressivo marketing, recorrendo à mistificação, a administração tentava disfarçar a sua incapacidade de recriar a escola.

A hecatombe educacional era um desastre ‘naturalizado’, não era um fenómeno natural. Diferentes foram os destinos daqueles que procuravam resguardar os seus filhos dos malefícios de um velho sistema de ensino. A Tânia e o Nuno cuidaram de criar um começo de comunidade adequado à educação da Violeta e do Vicente. Mas, o mesmo a Sandra não conseguiu. Os seus filhos fizeram-na mudar de cidade, em busca de uma escola que deles devidamente cuidasse. Perdida a fé nas escolas ditas ‘públicas’, optou pela matrícula num colégio privado.

Nada decorreu como esperava, pois a filha integrava o rol de crianças com dislexia.

‘Senti-me muito perdida.’

Socorreu-se de terapeutas, psicólogos e de ‘explicações’, até colocar os filhos em ‘ensino doméstico’. E acabou coproprietária de um... ‘Centro de Explicações.’

Em 2018, Paulo chegou do Brasil, em busca de inovação e comunidade. Queria conhecer a Escola da Ponte e, pelo caminho, descobriu a Comunidade Educativa das Cerejeiras, no concelho de Penela. Aí assentou arraiais. Outros havia que visitavam a Ponte, participavam de imersões formativas na Escola Aberta mas, depois, voltavam ao ramerrame. E havia aqueles que, ao primeiro sinal de perigo, se encolhiam, para não perder o emprego.

Após ter participado em projetos considerados inovadores, tentava ajudar a não repetir erros, a criar novas construções sociais de aprendizagem.

Ao longo de meio século de tentativas de mudança educacional – quase todas frustradas – fui colhendo ensinamentos, que partilho com o eventual leitor. Retomo caminhos de uma práxis reconstrutora, com o único intuito de avisar os arautos de auspiciosos projetos e precaver aqueles que em prodigiosos projetos se iniciam. Num tempo de pós-verdade, em que o medo e a ignorância imperam, mais se faz sentir a necessidade de se refundar a educação.

Quando criança, eu inquiria o porquê das coisas e escutava a inevitável resposta:

‘Um dia, hás de perceber por que razão aprendes aquilo que te ensino.’

Septuagenário, continuo sem saber quando chegará esse dia, e sem perceber o porquê de muitas coisas com as quais ‘me prepararam para a vida.’

Décadas a fio, resisti à tentação de desistir de perguntar, insistindo na busca de ‘explicação’ para a monstruosa manutenção do modelo prussiano de escola. Percorri meio mundo, até que vencido pelo cansaço, decidi suspender a andarilhagem, a retirar-me de cena, quando, em 2021, numa viagem a Portugal, incidentes críticos se sucederam em catadupa. Várias vezes – mais concretamente, vinte e três vezes – escutei a mesma pergunta:

“Professor, lembra-se de mim?”

Não ‘lembrava’. Quem a mim se dirigia desse modo estava na casa dos cinquenta anos de idade, e eu já septuagenário. Perguntava quem eram e onde nos teríamos encontrado, conhecido.

“Fui seu aluno na universidade.”

“Fui sua aluna na Escola Superior de Educação.”

As respostas convergiam no tempo em que fizera formação inicial de professores. No tempo em que eles contavam vinte e poucos anos. Em dois mil e vinte e um, três décadas decorridas sobre a conclusão dos seus cursos, esses jovens cinquentões, na sua maioria, eram diretores de agrupamentos de escolas, autarcas, lideranças com poder de decisão.

Aqueles educadores dispunham (finalmente) de condições de concretizar a ‘escola dos seus sonhos’, nome de um documento recheado de evidências de aprendizagem, que apresentaram aos seus colegas (e a mim), no final do último semestre do seu curso.

Regressado ao Brasil, decidi manter-me ‘na ativa’ por mais algum tempo, de modo a poder ajudá-los a ‘realizar os seus sonhos’. Talvez fosse capricho do destino o simultâneo ressurgimento de pedidos de ajuda provindos de famílias e professores. Escutei queixas e intenções, defini uma data-limite para parar a vida de andarilho e me lancei na elaboração de uma proposta, que neste livrinho vos dou a conhecer.

Partíamos com a parte saudável do sistema. Encontrávamos diretores éticos e com eles organizávamos turmas-piloto e círculos de aprendizagem. Quando deparávamos com pequenos tiranetes, que tentavam proibir mudança, perguntávamos-lhes por que a dificultavam – que impedimentos haveria?

“A lei não permite.”

“Qual lei?” – perguntávamos. Não respondiam. E logo surgia a imposição.

“Não concordo com esse método. Não autorizo!”

Explicávamos-lhes que não se tratava de um ‘método’. Mas as múmias pedagógicas diziam não entender, recusavam explicações. Se insistíamos, essas lideranças tóxicas intentavam a fagocitose dos proponentes, ou remetiam a proposta para os ‘conselhos pedagógicos’, sabendo que a maioria desses órgãos nada tinham de pedagógico e eram contrários a qualquer tipo de mudança.

“Se pensarmos bem, a maioria dos meninos que ‘desiste’ da escola é porque não se sentiu lá bem, não sentiu pertença. Depois instala-se o desinteresse, a revolta, e é claro que não pode funcionar” – comentava a minha amiga Andreia. “O que sentimos é que as famílias estão muito recetivas. Toda a gente se diz sozinha e depois o mais fácil é apontar o dedo. O que temos que fazer é uma aliança entre todos, tendo em conta que é preciso respeitarmo-nos uns aos outros, deixar que os professores, diretores de turma e de agrupamento despertem para a necessidade de mudarmos uma escola que funciona como no tempo da revolução industrial do século XIX.”

De ano para ano, sempre que eu viajava para Portugal, via surgir mais ‘centros de explicações’, via o ‘home schooling’ ganhar mais adeptos, os professores mais adoecidos, mais famílias descontentes, jovens intelectual e emocionalmente mais abandonados. A Escola da Modernidade contava mais de duzentos anos de semear ignorância, analfabetismo, múltiplas violências e escassas aprendizagens. A mercantilização da Escola Pública progredia.

Quando estava prestes a regressar a terras brasileiras, vivíamos um momento propício à mudança de rumo, nunca tivéramos tão boas condições para realizar transformações. Um trio magnífico – uma Cristina, uma Caetana e outra Cristina – preparava um encontro em Montemor e no Freixo do Meio.

Eu voltaria à ‘Casa da Professora’, gentilmente cedida pelo amigo Alfredo, para dar os primeiros passos de um longo processo de mudança, que previa se estendesse por décadas.

Quando me lancei num urgente exercício de escrita, apercebi-me de que não poderia reunir num só livro o manancial de ‘informação’ requerida por quem motivou uma mudança de rumo de um velho professor.

Resolvi quedar-me pela elaboração de algo que nunca imaginei ter de fazer – um esboço de ‘manual’ – pospondo para mais uma dezena de tomos o aprofundamento do conceito e da prática de ‘novas construções sociais de aprendizagem e de educação’.

Este primeiro tomo não passa de uma ‘introdução’ a outros livrinhos, que pretendo dar a conhecer, ao longo de 2024. Exatamente, durante o tempo de um processo formativo iniciado em fevereiro e que se prolongará pelo tempo necessário para a criação de uma rede de comunidades de aprendizagem – a primeira das novas construções sociais – organizadas em assembleias de redes.

Opto por segmentar o meu trabalho em tomos, porque ‘tomo’ substantivo também pode assumir-se como conjugação do verbo ‘tomar’, e eu pretendo que o alimento do espírito seja ‘tomado’ em pequenas e praxiológicas (conjugação de teoria e prática) doses. Isto é: que a redação dos próximos tomos seja acompanhada de transformações operadas no processo de formação.

Nesta breve introdução, considero necessário e oportuno evitar a confusão entre tomo e volume. Na Antiguidade Clássica, grandes obras eram subdivididas em rolos de papiros. Do étimo ‘volvere’ (que significa ‘dar voltas’) teve origem o termo de latim vulgar ‘volumen’, ou rolo de manuscritos. Por serem vastas as obras se tornaram volumes.

Por se tratar de uma obra menor, não vos entrego o primeiro ‘volume’, vos deixo com o primeiro dos tomos, aquele que pretende reabrir o debate sobre o significado de Escola Pública.

### *Meio século ajudando a fazer ‘pontes’*

A ‘Nota de Apresentação’ de um livro, que teve por título ‘Defender a Escola Pública’, assim rezava:

“O Projeto Educativo que vem sendo construído por um coletivo de professores na Escola da Ponte, em Vila das Aves, constitui um sinal de esperança para todos os que acreditam e defendem a possibilidade de construir uma Escola Pública aberta a todos os

públicos, baseada nos valores da democracia, da cidadania e da justiça, que proporciona a todos os alunos uma experiência bem-sucedida de aprendizagem e de construção pessoal.

A Escola da Ponte representa uma singularidade na qual é possível vislumbrar a totalidade sistémica dos problemas que se colocam ao nosso sistema escolar, bem como algumas hipóteses sólidas de possíveis soluções que contrariam o nosso proverbial ceticismo. Referimo-nos aos problemas da organização escolar e da sua gestão, aos problemas da inclusão e da construção de uma vida escolar democrática e participada, ao problema de exercer o rigor nas aprendizagens com base no gosto por aprender, ao problema de fazer coincidir a formação de professores com a construção autónoma de uma profissionalidade responsável. A atitude adotada pelo Ministério da Educação, relativamente a esta escola, ilustra a realidade profunda que marca a sua política e a contradição entre os atos e a retórica. No caso da Escola da Ponte, o mérito é penalizado, o protagonismo das famílias contrariado, a responsabilização da escola pelos seus resultados desencorajada, o rigor da avaliação externa ignorado.

Nesta perspetiva, o caso da Escola da Ponte não constituiu mais um dos muitos ‘fait-divers’ em que costumam ser férteis os inícios de ano letivo, mas um verdadeiro analisador da nossa realidade educativa e do sentido da política prosseguida pelo Ministério da Educação. A luta da Escola da Ponte marcou uma fronteira que separa duas maneiras distintas de diagnosticar e pensar o futuro da escola e o papel a desempenhar pelo poder público. A defesa da Escola da Ponte passou a representar para muitos educadores e cidadãos um meio de preservar e promover um serviço público de educação que tenha como vocação o sucesso de todos e faça da participação de professores, alunos e pais um exercício permanente de cidadania. O exemplo da Escola da Ponte, pelas finalidades que prossegue, pelas metodologias de organização e de trabalho que constrói, pelas alianças em que se fundamenta e pelos resultados que evidencia é um bom ponto de partida para promover o debate sobre o futuro de uma Escola Pública que é preciso tornar ‘mais pública.’”

*Meio século depois...*

15

no mês de janeiro de dois mil e vinte e quatro, fui convidado para participar numa Mesa de congresso. Tema: ‘Escola do Passado, Escola do Presente, Escola do Futuro’.

Um professor universitário passou um ‘powerpoint’ sobre a origem da Escola, Outro palestrante ‘pintou’ um cenário benevolente da situação vivida em cinquenta anos de democracia.

A Escola do Presente era idêntica à do passado. Ou bem pior, pois, de ano para ano, nas visitas que fazia a Portugal, encontrava mais uns eufemísticos ‘centros de estudo’, mais doença entre os professores, mais exclusão, pior educação.

Mas, o ministério parecia estar feliz e contente. O ano letivo passara a ser repartido em duas fatias, dois semestres. Ninguém sabia por que razão teriam segmentado o ano letivo em trimestres e, dessa vez, em semestres, mas os agrupamentos de escolas começaram a adotar esses ‘nacos’ de ano letivo. Teriam lido o artigo 48.º da lei de Bases do Sistema Educativo?

Cinquenta anos após a ‘Revolução dos Cravos’, continuávamos a confundir mudança com paliativo. E só encontrávamos inovação em teses teoricistas. Para que serviram centenas de congressos e seminários, milhares de palestras e de ações de formação em ‘powerpoint’?

Em setenta e quatro, no sendo operacional da Revolução dos Cravos, avisei que um povo não adormece fascista num dia e acorda democrata, no dia seguinte. De nada valeu. Mas, ainda assim, me envolvi na ciclópica tarefa de tentar transformar práticas educacionais.

Quando me foi dada a palavra para falar sobre a ‘Escola do futuro’, exteriorizei alguma surpresa por perceber que os universitários portugueses tinham andado muito distraídos. A Educação do Futuro tinha chegado a Portugal, há cerca de cinquenta anos.

Uma universitária não distraída, a Maria Emília escrevia:

“Não falarei da importância da Escola da Ponte para os seus alunos, professores, pais, comunidade. Dessa, certamente bem marcante, poderão falar os próprios melhor que ninguém. Entendo, por isso,



a pergunta – ‘Por que é importante a experiência da Ponte?’ – a outros níveis e noutros domínios:

Em primeiro lugar, como um exemplo possível duma escola pública diferente, que ‘desnaturaliza’ algumas características da escola tradicional e quer ter em conta as mudanças económicas, políticas e tecnológicas ocorridas ou em curso e, ao mesmo tempo, reforçar e desenvolver as suas qualidades democráticas e democratizadoras.

Em segundo lugar, como um ensaio de modos de inovar que sejam desejados e construídos pelos próprios interessados, designadamente pelos professores, a partir da escola, da sua situação, dos seus atores e parceiros.

Em terceiro lugar, como uma concretização de uma teoria e de uma prática de formação de professores, baseadas, como diz Rui Canário, ‘no exercício profissional em contexto, combinando a ação e a reflexão coletivas’.

[...]

A Escola da Ponte foi apresentada como uma rede informal de formação contínua de professores, num Seminário realizado em Lisboa, em setembro do ano 2000, pela OCDE [...].

[...]

Para todos aqueles que se interessam por educação, esta experiência da Escola da Ponte deveria ser seguida, estudada e apoiada como um verdadeiro laboratório de mudanças necessárias.

Só assim – confiando, ensaiando, estudando, reorientando... – poderemos participar na construção de uma escola do futuro, pública e aberta a todos os públicos, democrática no acesso, na organização e na participação e democratizadora nos seus efeitos.”

# Cadê a Escola Pública?

17

A última frase, que ouvira no final de um infeliz encontro fora: ‘Não queremos Escola Pública!’ Perto do final de uma penosa viagem, já algo recuperado de tristezas vãs, fui ler uma carta recebida do amigo Sérgio. Entre Bom Jesus dos Perdões e Atibaia, surgia um dos belos projetos de Escola Pública, de que tive notícia. E o Sérgio pressentia que a maldade humana, que se opunha a que a educação a todos fosse garantida rondava aquele lugar.

“Assisti à criação do Projeto Rosende. Já conhecia a Janaína, passei a conhecer Eulália, Matoso, Ana e outros... Uma luta admirável. O problema é que ‘quem é contra’ sempre quer resultados mágicos e rápidos (que a escola velha e carcomida nunca sonhou em dar). Assisti a ataques vindos de professores de dentro, de outras escolas (um dia alguém precisará explicar a burrice que é escolas públicas competindo) e de secretários...”

Pude ir, uma vez, dar uma oficina e ver como transformações são incrivelmente difíceis, porque exigem que as pessoas que as propõem já se estejam mudando a si mesmo.

Por mais que haja sucessos e fracassos, concordâncias e discordâncias, sempre terei fé nos que se abrem para a transformação ocorrer, do que nos que nos erguem barricadas e nos atacam com canhões de fofocas, assédio moral, desmotivação, retaliações e outras coisas.

Por fim, me desculpo. É uma necessidade de ‘dialogar’ e diminuir a solidão que me bate, quando estou entre os adultos, na escola.

Espero que não esteja sendo um estorvo. É a forma de eu tornar viva a rede social que sempre prima pelo diálogo ultra superficial. Abraço. De Atibaia onde vivo... De Perdões onde semeio.”

Por que seria que a solidão era a sina de quem intentava fazer Escola Pública?

Em dois mil e vinte e quatro, está a ser gestada uma nova educação, aquela que os filhos dos filhos dos vossos filhos merecem. A compaixão e a esperança nunca esmoreceram. A freiriana esperança nunca morreu. Apesar dos desmandos da desgovernança, ainda há quem ‘pratique Darcy’.

As secretarias de educação brasileiras (à semelhança dos agrupamentos de escolas portuguesas) dizem ter como missão proporcionar uma educação pública, gratuita e democrática, voltada à formação integral do ser humano, para que pudesse atuar como agente de construção científica, cultural e política da sociedade, assegurando a universalização do acesso à escola e da permanência com êxito no decorrer do percurso escolar de todos os estudantes.

No domínio das intenções, é essa a missão. Na prática, poucas secretarias, escassos agrupamentos as cumprem. A ‘qualidade da escola pública’ não melhora.

O amigo Pedro analisou resultados traduzidos num mísero, IDEB. Desse estudo se poderia concluir que a manutenção de um sistema de ensino com centro no professor e na solidão da sala de aula, para além de outros males, é indício de crime de abandono intelectual. Muitos educadores se surpreendiam, quando eu lhes dizia que o sistema de ensino, para além de obsoleto, é criminoso. Parecem possuídos por uma estranha cegueira, que os impede de ver que, insistindo em ‘dar aula’ se nega o direito à educação.

A lista de imoralidades cometidas pelo ‘sistema’ é bem longa. E me entristece por ver educadores éticos em ‘rotas de fuga’, fabricando ‘paraísos pedagógicos artificiais’ sustentados pela boa-vontade de filantropos, por ‘bolsas de alunos pobres’ da caridadezinha assistencialista, ou por quem pode pagar uma ‘mensalidade’.

Onde está a solidariedade inscrita nos projetos das escolas? Projetos ditos ‘alternativos’, que se submetem às ímpias regras de um sistema de

ensinagem hierárquico, autoritário, imoral e corrupto, jamais lograrão sobreviver sem negar os seus princípios. Urge passar de um obsoleto (e criminoso) sistema de ensinagem para um sistema de aprendizagem, conceber uma nova construção social.

Já nas décadas de trinta e de quarenta (do século passado, claro!), Anísio nos falava dessa nova construção social, partir do trabalho em salas de aula, para acabar com elas, incrementar a pesquisa nas bibliotecas e casas de cultura, na Natureza. Dever-se-ia banir segmentações cartesianas e castas, como a de um ensino ‘superior’ (não consta que houvesse um ensino ‘inferior’). Urgia reorganizar o tempo e o espaço escolar, garantindo integralidade, o ritmo de aprendizagem de cada ser humano e da sua comunidade, o respeito por princípios, escutando Anísio Teixeira:

“Fazer escolas nas proximidades das áreas residenciais, para que as crianças não precisem andar muito para alcançá-las. O território não se limita ao espaço geográfico, mas a abrangência dos efeitos sociais e políticos em que o indivíduo esteja inserido. O estudante não é só da professora ou da escola, e sim da rede, da Cidade”.

O reconhecimento de que a cidade poderia constituir-se espaço educador, possibilitaria o encontro dos sujeitos históricos, criando espaços, tempos e novas oportunidades educacionais. No pressuposto de que ‘a formação dos indivíduos não se restringe ao espaço físico escolar’, a proposta integrava a vida comunitária, o envolvimento e a articulação de todas as instituições e associações públicas e privadas, que tornassem a educação pública, de facto, um direito subjetivo, conforme estabelecia a Constituição.

Houve projetos, que marcaram uma época. Foi (e ainda é) ‘Novas Rotas’, um projeto de verdadeira Escola Pública, integrante da EBI Capelas, da Ilha de São Miguel, que acreditava e praticava aprendizagem em comunidade.

O projeto assentava nos pressupostos teóricos da educação holística, na Lei de Bases do Sistema Educativo e do Currículo Regional dos Açores, e teve por inspiração o projeto da Ponte e o do Projeto Âncora.